

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2023

INTRODUÇÃO

Em cumprimento das exigências legais e estatutárias e no sentido da responsabilidade de partilha de informação aos associados, parceiros, mecenas, organismos públicos e comunidade em geral, vem a Direção da Comissão de Proteção ao Idoso (CPI), Associação Regional do Norte, apresentar o Relatório de Atividades do ano de 2023.

O presente documento apresenta as atividades e iniciativas desenvolvidas ao longo do ano, sintetizando os aspetos mais relevantes.

A ação da CPI, no ano 2023, como se poderá constatar mais pormenorizadamente ao longo deste relatório, focou-se fundamentalmente em três principais eixos:

- 1) Sustentabilidade económica e financeira;
- 2) Reforço da figura do “Provedor do Idoso” e ampliação territorial a outros concelhos para além dos existentes;
- 3) Investigação, produção e publicação de conteúdos técnico-científicos no âmbito da problemática do envelhecimento, onde se inclui de entre várias atividades, a 3ª edição da campanha O Silêncio tem Voz no âmbito da sensibilização da violência contra a pessoa idosa, junto da população jovem da região norte.

Neste sentido, esperamos continuar a trabalhar em prol da causa da proteção e promoção da pessoa idosa. Estamos comprometidos no sentido de respondermos de forma consentânea com a realidade e as solicitações da comunidade.

1. QUEM SOMOS

A Comissão de Proteção ao Idoso (CPI), Associação Regional do Norte, Instituição Particular de Solidariedade Social, é uma organização sem fins lucrativos, de âmbito regional, que visa promover e proteger os direitos das pessoas idosas quando está em risco a sua segurança, saúde, direitos sociais e a dignidade humana.

Foi fundada em 19 de dezembro de 2013, localizando-se a sua sede em Braga.

Missão

A sua missão consiste na orientação e apoio especializado aos idosos, bem como aos cuidadores formais e informais, disponibilizando suporte informativo, orientação e encaminhamento social, apoio jurídico e sinalização de situações problemáticas.

Visão

Visa promover o exercício de atividades de âmbito humano e social que visem responder às necessidades sentidas pelos idosos e por todos os agentes da sociedade civil que intervêm na problemática do envelhecimento. Pretende constituir-se como Instituição de referência, na proteção e promoção dos direitos do idoso ao nível da segurança, saúde, direitos sociais e dignidade humana.

Valores

No desenvolvimento da sua atividade, a Comissão de Proteção ao Idoso tem como base os valores da Solidariedade, Humanismo, Responsabilidade Social, Ética Profissional, Competência, Cooperação e Inovação.

Objetivos

Tendo em conta a melhoria das condições de vida da pessoa idosa, para a realização do seu objetivo, a CPI propõe-se, nomeadamente:

- Implementar uma metodologia de avaliação diagnóstica do cenário atual e prospetivo relativamente à população idosa da Região Norte, implicando os diferentes atores sociais, com vista a apresentação de linhas estratégicas de médio e longo prazo;

- Objetivos de desenvolvimento, por referência às dimensões biológica, psicológica, social e funcional do envelhecimento;
- Prestar apoio especializado, através de uma equipa multidisciplinar, a criar para o efeito, em articulação com as instituições da comunidade;
- Garantir a promoção de leis políticas e programas que atendam especificamente às vulnerabilidades da pessoa idosa e promovam a sua participação na sociedade;
- Promover projetos, estudos e iniciativas na área da segurança, saúde e ação social, onde se inclui o apoio à família, prestadores de cuidados, profissionais de saúde e de apoio social, isoladamente ou em articulação com universidades, instituições e organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais;
- Desenvolver parcerias com organizações públicas e privadas que visem concretizar os objetivos da Comissão, nomeadamente através de apoio a iniciativas e projetos na área da prevenção, promoção da saúde e autonomia, formação e informação.

Órgãos Sociais

DIREÇÃO	
Presidente	Carlos Alberto Leite Branco
Vice-Presidente	Maria Conceição Barbosa Carvalho Sampaio
Tesoureiro	Carlos Miguel Pires Fonseca Ribeiro Coimbra
1º Vogal	Armandina Conde Alves
2º Vogal	Maria do Carmo Pires Borges Rodrigues
CONSELHO FISCAL	
Presidente	Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira
1º Vogal	Daniel António Maiato da Costa
2º Vogal	Maria Teresa Bacelar Ferreira Gomes Vieira
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	
Presidente	Eduardo Jorge Gomes da Costa Duque
1º Secretário	Fernando Nuno Serro da Costa e Silva
2º Secretário	Carla Beatriz Vieira de Melo

2- ATIVIDADES

No presente Relatório são apresentadas as principais atividades desenvolvidas pela Comissão de Proteção ao Idoso, no decorrer do ano de 2023, que vão ao encontro dos objetivos estabelecidos no Plano de Atividades.

Este Relatório espelha as ações desenvolvidas nos três eixos estratégicos propostos, assentes no objetivo de consolidar a importância dos Pelouros - Pelouro do Desenvolvimento e Sustentabilidade Social, Pelouro de Acompanhamento aos Provedores do Idoso e o Pelouro da Investigação, Formação e Publicações. Reforçando, uma vez mais, a prioridade no projeto do Provedor do Idoso, uma vez que representa a principal fonte de receita da instituição.

Nesse sentido, destacamos as seguintes atividades:

2.1 Campanha “O Silêncio tem Voz: Diz não à Violência contra a Pessoa Idosa”

A campanha O Silêncio tem Voz é uma iniciativa organizada pela Comissão de Proteção ao Idoso, conta com o patrocínio do Grupo Jerónimo Martins e inscreve-se no seu plano de ação plurianual.

Na apresentação da 3ª Edição, embora com o formato da edição anterior, privilegiou-se o contacto direto com os alunos que protagonizaram a apresentação da campanha “O Silêncio tem Voz” através da dramatização de textos alusivo à problemática, de sua autoria. A sessão de abertura oficial da 3ª Edição da Campanha O Silêncio tem Voz decorreu no dia 13 de junho da parte da manhã, no Agrupamento de Escolas Vieira de Araújo –Vieira do Minho, prosseguindo pelas 14h00, no Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio – Póvoa de Lanhoso.

No dia 14, pelas 10h30 no auditório do Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado –Braga, a campanha O Silêncio tem Voz, foi apresentada numa perspetiva de intergeracionalidade e inclusão, com a participação de alunos refugiados, que contou com a intervenção de representantes da UNICEF, da Cruz Vermelha Portuguesa, da Comissão de Proteção ao Idoso e do CSPR.

Ao longo da campanha foram produzidos filmes (curtas) sobre as diferentes formas de violência contra a pessoa idosa, para serem visualizados pelos professores e alunos.

Os elementos disponibilizados e os filmes destinaram-se a ser debatidos pelos professores e alunos para sensibilização para a violência contra as pessoas idosas. O objetivo é despertar os mais novos para os idosos, contribuindo para o reforço dos laços entre as gerações.

A adesão à 3ª edição da campanha de sensibilização “O Silêncio tem Voz: Diz não à violência contra a pessoa idosa” excedeu as expectativas, considerando:

1. Âmbito territorial – inscreveram-se na campanha “O Silêncio tem Voz: Diz não à Violência contra a Pessoa Idosa”, escolas de todos os Distritos do Norte do país.

2. Número de Agrupamentos Escolares: Inscreveram-se 62 Agrupamentos de Escolas.

3. Nível de participação e envolvimento:

Participaram - 62 Agrupamentos de Escolas; 72 Professores; 487 Turmas e 14.780 Alunos.

2.2 Realização de Ações de Sensibilização no âmbito do Protocolo Institucional entre a Comissão de Proteção ao Idoso (CPI) e a Polícia de Segurança Pública (PSP) – Comando Distrital de Braga

Ao longo do ano de 2023 consolidamos a parceria com a PSP – Comando Distrital de Braga, no âmbito da realização de ações de sensibilização e informação junto da população idosa.

Nesse sentido, realizamos ações de sensibilização junto das seguintes instituições:

Ação de Sensibilização no Centro Social de Ferreiros, no dia 18 de janeiro de 2023

Estiveram presentes cerca de 20 idosos e para além dos idosos, a Diretora Técnica, e agentes de geriatria. Nesta ação houve também espaço para esclarecimento de dúvidas face ao maior acompanhado mesmo por parte das trabalhadoras que estavam a assistir.

Ação de Sensibilização Associação de Solidariedade Social, Cultural e Recreativa de Santa Maia de Braga, no dia 31 de janeiro.

O grupo presente com cerca de 25 idosos era autónomo, com maior capacidade de compreensão, demonstrando forte atenção aos temas partilhados.

No final da sessão, alguns idosos sentiram necessidade de partilhar situações vividas face aos temas que foram abordados.

Ação de Sensibilização na Junta de Freguesia de S. Vicente, no dia 02 de março.

Estiveram presentes cerca de 20 idosos e para além dos idosos, o Sr. Presidente da Junta, nesta ação houve também espaço para esclarecimento de dúvidas.

Ação de Sensibilização com a PSP de Guimarães, intitulada "Prevenir e Sensibilizar para bem envelhecer", no dia 05 de abril

Ação direcionada aos idosos do Município de Guimarães, no âmbito do programa Guimarães 65+.

Em fevereiro foi preenchido um questionário enviado pela PSP para avaliação da apreciação das atividades e serviços prestados no ano 2023.

No final do ano de 2023, no dia 22 de novembro, desenvolvemos uma ação de sensibilização, informativa e esclarecedora, junto dos jovens da Pastoral Universitária de Braga, no âmbito do projeto "Mais Proximidade". A sessão teve como objetivo a preparação dos voluntários para a sua missão de acompanhamento de idosos, que certamente não ficarão indiferentes à vontade destes jovens de se fazerem presentes na sua vida, levando-lhes sorrisos e um ombro amigo.

2.3 Realização de Ciclo de Conferências

A Comissão de Proteção ao Idoso, realizou um ciclo de conferências, entre o dia 30 de junho e 19 de outubro de 2023, cuja temática central incidiu nas questões do direito de participação das pessoas idosas, princípio consagrado pelas Nações Unidas.

O ciclo de conferências decorreu ao longo de dois momentos que analisaram em profundidade e em várias dimensões a temática proposta.

Contamos com oradores do meio judiciário, juízes, procuradores, médicos e académicos, que abordaram a questão sob o ponto de vista do reforço das garantias processuais para as pessoas vulneráveis. A importância do planeamento patrimonial no contexto da capacidade diminuída e os patrimónios funcionalizados enquanto solução legal futura bem como o impacto do Idadismo na área da saúde, foram os temas que estiveram em destaque.

- I Conferência “Por uma Sociedade Inclusiva: Como romper com os estereótipos associados à idade” – 30 de junho, Palácio do Raio, em Braga.

- II Conferência “A Proteção dos Adultos Vulneráveis II” – 19 de outubro, no Tribunal da Relação de Guimarães.

2.4 Atividade de Apoio e Reforço aos Provedores do Idoso, no âmbito das parcerias estabelecidas com os Municípios.

No âmbito da parceria existente entre a CPI e os Municípios de Vieira do Minho, Amares, Póvoa de Lanhoso e Guimarães, onde estão implementados os Provedores/as do Idoso, o Pelouro de Acompanhamento aos Provedores promoveu contactos/reuniões com todos os Provedores/as e em articulação com as equipas técnicas que os acompanham, no sentido de perceber o trabalho que estava a ser realizado diariamente com a população sénior.

Nesse sentido, foram realizadas várias reuniões:

- No início do ano, no dia 31 de janeiro, reunião para organização do ano e apresentação do esboço de ação para 2023;

- No dia 06 de dezembro, reunião para fazer o balanço e avaliação do trabalho desenvolvido ao longo do ano, melhorias e dificuldades apresentadas.

Ações de informação desenvolvidas pelo Pelouro dos Provedores em conjunto com elementos da CPI.

- Participação ativa e dinamizadora da Dr.ª Armandina Alves, na Mesa Redonda "Justiça Social - pensar em conjunto para envelhecer melhor", na Póvoa de Lanhoso – dia 9 de março de 2023.

- Intervenção do Dr. Carlos Branco e da Dr.ª Diana Pinto na apresentação pública dos resultados da Provedora de Vieira do Minho, Dr.ª Joaquina Coelho – dia 23 de maio de 2023.

- Participação do Dr. Carlos Branco, da Dr.ª Conceição Sampaio e do Dr. Herculano Andrade, numa sessão diferenciadora de informação e sensibilização dirigida a técnicos, "A cada intervenção um novo olhar", na Póvoa de Lanhoso – 20 de junho de 2023;
- Intervenção ativa e dinamizadora, da Dr.ª Armandina Alves, Dr.ª Carla Melo e Dr.ª Diana Pinto, em ações de sensibilização, direcionadas às pessoas idosas dos Centros de Convívio, na Póvoa de Lanhoso – dia 10 e 17 de novembro de 2023.

De salientar que a CPI tem no Provedor do Idoso um garante dos direitos das pessoas mais velhas, constituindo esta figura uma das formas de concretização prática do seu escopo destinado a valorizar o papel e bem-estar dos idosos no meio em que estão inseridos.

2.5 Celebração do Protocolo de Cooperação entre a CPI e GNR – Guarda Nacional Republicana

A Comissão de Proteção do Idoso celebrou no dia 29 de novembro, um Protocolo de Cooperação com a Guarda Nacional Republicana.

O Protocolo visa acautelar, de forma articulada, o cuidado à população mais idosa no sentido de minimizar a sua vulnerabilidade através, por exemplo, da transmissão dos seus direitos como pessoas.

A profunda transformação da nossa sociedade, marcada por alterações demográficas em que o envelhecimento populacional é crescente, coloca às instituições e à comunidade em geral novos desafios, designadamente no que concerne ao pensar o envelhecimento ao longo da vida, numa perspetiva mais preventiva, solidária e promotora de independência e autonomia.

O Protocolo firmado, tem como objetivo capacitar a população idosa através da promoção da sua autonomia e independência e apoio na reivindicação e defesa dos seus direitos. Assume-se a promoção do desenvolvimento pessoal, social e profissional das pessoas idosas, a sua autodeterminação e integração social e pretende-se que, através da realização de iniciativas e campanhas específicas, os idosos se sintam seguros, autónomos e independentes.

2.6 Comemoração do 10º Aniversário da CPI

A cerimónia comemorativa dos 10 anos decorreu no dia 24 de novembro, com um jantar de confraternização, com todos aqueles que nos acompanharam ao longo de uma década, parceiros institucionais, mecenas, associados e amigos. Momento especial que não poderíamos deixar de celebrar.

Podemos dizer que o balanço da atividade dos 10 anos foi muito positivo, acreditamos que temos contribuído para melhorar a condição da pessoa idosa em matéria de proteção e direitos e a contribuir para uma sociedade mais justa e mais amigável.

Os objetivos para a próxima década, centram-se em garantir a representatividade formal das pessoas idosas vulneráveis, combater todas as formas de discriminação em razão da idade e tolerância zero na violência contra a pessoa idosa.

CONCLUSÃO

O Relatório de Atividades espelha as ações desenvolvidas nos três eixos estratégicos propostos, assentes no objetivo de consolidar a importância dos Pelouros - Pelouro do Desenvolvimento e Sustentabilidade Social, Pelouro de Acompanhamento aos Provedores do Idoso e o Pelouro da Investigação, Formação e Publicações, que vão ao encontro dos objetivos estabelecidos no Plano de Atividades.

Esperamos continuar, neste ano de 2024, a trabalhar em prol da causa da proteção e promoção da pessoa idosa. Estamos comprometidos no sentido de respondermos de forma consentânea com a realidade e as solicitações da comunidade.

Nesse sentido, colocamos os documentos à disposição dos associados presentes, para discussão e votação.

Aprovado em Reunião de Direção de 20 / 03 / 2024

RELATÓRIO DE GESTÃO

2023

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Designação	CPI-COMISSÃO DE PROTEÇÃO AO IDOSO, ASSOC. REG. DO NORTE
Morada	Rua dos Prados, n.º 35, r/c Dto
Código postal	4715-595
Localidade	TENÕES

DADOS DA ENTIDADE	
Número de identificação fiscal (NIF)	510891233
Classificação de atividade económica (CAE)	88990
Conservatória	BRAGA
Fundo social	0

Relatório de gestão respeitante ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

Vem a Direção da CPI-COMISSÃO DE PROTEÇÃO AO IDOSO, ASSOC. REG. DO NORTE, ao abrigo dos seus Estatutos, apresentar aos Exmos Associados o relatório de gestão, anexando-lhe o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração dos Resultados por Funções, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, o Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo.

1. Evolução da atividade da entidade

A entidade tem vindo a desenvolver a sua atividade com normalidade, pelo que os seus objetivos têm vindo a ser realizados segundo os padrões pretendidos.

1.1. A estrutura de gastos e perdas evoluiu dentro do previsto, tal como se apresenta:

GASTOS E PERDAS	31/dez/23	31/dez/22	Δ Valor	Δ %
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0	0	0	0,00%
Fornecimentos e serviços externos	10 076	9 607	470	4,89%
Gastos com o pessoal	24 930	22 938	1 992	8,68%
Gastos de depreciação e de amortização	0	0	0	0,00%
Perdas por imparidade	0	0	0	0,00%
Perdas por reduções de justo valor	0	0	0	0,00%
Provisões do período	0	0	0	0,00%
Outros gastos e perdas	397	175	222	127,11%
Gastos e perdas de financiamento	0	0	0	0,00%
TOTAL	35 404	32 720	2 684	8,20%

1.2. A estrutura de rendimentos e ganhos evoluiu da seguinte forma:

RENDIMENTOS E GANHOS	31/dez/23	31/dez/22	Δ Valor	Δ %
Vendas	0	0	0	0,00%
Prestações de serviços	840	1 910	-1 070	-56,02%
Variações nos inventários de produção	0	0	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0,00%
Subsídios, doações e legados à exploração	37 200	34 800	2 400	6,90%
Reversões	0	0	0	0,00%
Ganhos por aumentos de justo valor	0	0	0	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	5 146	1 218	3 928	322,36%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0,00%
TOTAL	43 186	37 928	5 258	13,86%

1.3. No exercício em análise a organização obteve os seguintes resultados:

RESULTADOS	31/dez/23	31/dez/22	Δ Valor	Δ %
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	7 782	5 209	2 574	49,41%
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	7 782	5 209	2 574	49,41%
Resultado financeiro	0	0	0	0,00%
Resultado antes de impostos	7 782	5 209	2 574	49,41%
Imposto sobre o rendimento do período	0	0	0	0,00%
Resultado líquido do período	7 782	5 209	2 574	49,41%

1.4. A entidade verificou a seguinte evolução dos fundos patrimoniais:

FUNDO PATRIMONIAL	31/dez/23	31/dez/22	Δ Valor	Δ %
Fundos	0	0	0	0,00%
Excedentes técnicos	0	0	0	0,00%
Reservas	0	0	0	0,00%
Outras reservas	0	0	0	0,00%
Resultados transitados	16 490	11 281	5 209	46,17%
Excedentes de revalorização	0	0	0	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais	0	0	0	0,00%
Resultado líquido do período	7 782	5 209	2 574	49,41%

2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não se verificaram factos subsequentes que justifiquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

3. Evolução previsível da atividade

A evolução esperada pela gerência mantém-se na senda da verificada anteriormente.

4. Breve análise da situação económico-financeira da organização

A evolução esperada pela gerência mantém-se na senda da verificada anteriormente.

4.1. A entidade apresentou a seguinte evolução em termos financeiros:

RÁCIOS FINANCEIROS	Fórmula	31/dez/23	31/dez/22
Debt to equity (estrutura financeira)	Passivo total / Fundo de capital	1,03	1,48
Endividamento global	Ativo total / Passivo total	1,97	1,67
Solvabilidade	Fundo de capital/ Passivo total	0,97	0,67
Solvabilidade total	Ativo total / Passivo total	1,97	1,67
Autonomia financeira	Fundo de Capital / Ativo	0,49	0,40

4.2. No que respeita análise da liquidez (equilíbrio financeiro), a evolução verificada no exercício é apresentada da seguinte forma:

RÁCIOS DE LIQUIDEZ (equilíbrio financeiro)	Fórmula	31/dez/23	31/dez/22
Liquidez geral	Ativo corrente / Passivo corrente	1,97	1,67
Liquidez reduzida	(Ativo corrente - inventários - ativos biológicos - ativos não correntes detidos para venda) / Passivo corrente	1,97	1,67
Liquidez imediata	Meios financeiros líquidos / Passivo corrente	1,96	1,65

5. Dívidas à Administração Fiscal e à Segurança Social

A entidade não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, à Segurança Social, nem a qualquer outra entidade pública.

6. Número e valor nominal das quotas /ações próprias adquiridas e/ou alienadas no exercício, o motivo desses actos e o respetivo preço, bem como das detidas no final do exercício

Tal como, se verificou no quadro da evolução do fundo de capital, a organização não detém quotas próprias.

7. Existência de negócios entre a entidade e a direção.

Não existem negócios deste tipo entre a entidade e os seus legais representantes.

8. A existência de sucursais da entidade.

A entidade não detém sucursais em território nacional.

9. Proposta de aplicação de resultados

A Direção propõe que o resultado líquido do exercício, seja concretizado em resultados transitados.

10. Agradecimentos

A direção aproveita para agradecer a colaboração prestada por todos os Colaboradores e Associados, Autarquias e demais entidades que com ela se relacionaram.

TENÓES, 18 de março de 2025

A DIREÇÃO

ANEXO

2023

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Designação	CPI-COMISSÃO DE PROTEÇÃO AO IDOSO, ASSOC. REG. DO NORTE
Morada	Rua dos Prados, n.º 35, r/c Dto
Código postal	4715-595
Localidade	TENÕES

DADOS DA ENTIDADE	
Número de identificação fiscal (NIF)	510891233
Classificação de atividade económica (CAE)	88990
Conservatória	BRAGA
Capital social	0

ÍNDICE DO ANEXO

1) Nota 1 - Identificação da entidade	3
2) Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	3
3) Nota 3 - Principais políticas contabilísticas	4
4) Nota 4 - Ativos fixos tangíveis	8
5) Nota 5 - Ativos intangíveis.....	8
6) Nota 6 - Custos de empréstimos obtido	9
7) Nota 7 - Inventário e ativos biológicos	10
8) Nota 8 - Rendimentos e gastos	11
9) Nota 9 - Provisões.....	14
10) Nota 10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas	14
11) Nota 11 - Instrumentos financeiros.....	15
12) Nota 12 - Benefícios de empregados	15
13) Nota 13 - Acontecimentos após a data do balanço.....	15
14) Nota 14 - Agricultura.....	15
15) Nota 15 - Informações exigidas por diplomas legais.....	15
16) Nota 16 - Outras divulgações	15

CPI-COMISSÃO DE PROTEÇÃO AO IDOSO, ASSOC. REG. DO NORTE

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

1) Nota 1 - Identificação da entidade

A Entidade CPI-COMISSÃO DE PROTEÇÃO AO IDOSO, ASSOC. REG. DO NORTE, tem a sua sede em TENÕES, com o número de identificação fiscal (NIF) 510891233, com o CAE n.º 88990. A Entidade tem como atividade principal a AÇÃO SOCIAL.

2) Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2023 as demonstrações financeiras da foram preparadas de acordo com a Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que integra o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL), que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, adaptado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano, a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo ESNL.

3) Nota 3 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade, aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de CPI-COMISSÃO DE PROTEÇÃO AO IDOSO, ASSOC. REG. DO NORTE são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas, inicialmente, pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis, e subsequentemente pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento, só passam a ser reconhecidos como tal, após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento". No final do período de promoção e construção desse ativo, a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica propriedades de investimento.

3.3. Investimentos financeiros

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em entidades associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando, a proporção da Entidade, nos prejuízos acumulados da entidade associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o fundo de capital da entidade associada não for positivo, exceto quando a Entidade tenha assumido compromissos para com a entidade associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados, em transações com entidades associadas, são eliminados proporcionalmente ao interesse da Entidade nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

3.4. Imposto sobre o rendimento

Entidade encontra-se sujeita, mas isenta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). No entanto, está em casos restritos sujeita à tributação autónoma às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

3.5. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma, a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.6. Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no fundo patrimonial, na rubrica "Reserva de justo valor" até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

3.7. Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como “investimentos mensurados ao justo valor” através de resultados nem como “investimentos detidos até à maturidade”. Estes ativos são classificados como “ativos não correntes”, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os “investimentos mensurados ao justo valor através de resultados” e os “investimentos disponíveis para venda” são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos “investimentos disponíveis para venda” são registados no fundo patrimonial, na rubrica “Reserva de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.9. Fundo social

As ações ordinárias são classificadas em fundo patrimonial.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.11. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.12. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância econômica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.13. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios econômicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.14. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A Entidade reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

4) Nota 4 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil, estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias, resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2023.

	1/jan/23	Periodo	Transf.	Revaloriz.	31/dez/23
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Total do ativo bruto	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Total de depreciações acumuladas	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	-	-	-	-	-

5) Nota 5 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Entidade. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos intangíveis de 2023.

	1/jan/23	Período	Transf.	Revaloriz.	31/dez/23
Ativo bruto					
Bens do domínio público	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-
Programas de computador	-	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-
Total do ativo bruto	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas					
Goodwill	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-
Programas de computador	-	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-
Total de depreciações acumuladas	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	-	-	-	-	-

6) Nota 6 – Custos de empréstimos obtido

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos.

Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda.

O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda.

A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o saldo da rubrica "financiamentos obtidos" está discriminado como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31/dez/23		31/dez/22	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	-	-	-	-
Descobertos bancários	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-
Contas bancárias de factoring	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados	-	-	-	-
Loações financeiras	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-

7) Nota 7 - Inventário e ativos biológicos

Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio habitual, ou em alternativamente o método do custo específico. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzido dos custos estimados de venda do produto no momento da colheita.

Na determinação do justo valor foi utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, os quais foram apurados através de um modelo desenvolvido internamente, no qual foram considerados pressupostos

correspondentes à natureza dos ativos em avaliação, nomeadamente, a produtividade, o preço de venda do produto deduzido dos custos da plantação e manutenção e da colheita e transporte e a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada corresponde a uma taxa de mercado, determinada tendo em consideração a rentabilidade que a Entidade espera obter.

As alterações ao justo valor resultantes de alterações de estimativas de crescimento, período das campanhas, preço, custo e outras premissas são reconhecidas como proveitos ou gastos operacionais.

No momento da campanha, o produto é valorizado ao justo valor menos os custos estimados no ponto de venda.

O consumo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas, assim como, a discriminação do inventário apresentado pela gerência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, é descrito na seguinte tabela:

INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	31/dez/23	31/dez/22
Inventário inicial	-	-
Compras de inventários e act. biológicos consumíveis	-	-
Reclassificação e regularização de inventários e act. biológicos consumíveis	-	-
CMVMC - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	-
Inventário final	-	-

8) Nota 8 – Rendimentos e gastos

Vendas e serviços prestados

A decomposição de 2023 e 2022 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	31/dez/23	31/dez/22
Vendas de Mercadorias	-	-
Prestação de Serviços	840	1 910
TOTAL	840	1 910

Outros rendimentos

Os outros rendimentos discriminam-se como:

OUTROS RENDIMENTOS	31/dez/23	31/dez/22
Quotas de Associados	-	-
Rendimentos de Equivalencia Patrimonial	-	-
Outros Rendimentos	5 146	1 218
TOTAL	5 146	1 218

Resultados financeiros

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos “resultados financeiros” dos períodos de 2023 e 2022:

RESULTADOS FINANCEIROS	31/dez/23	31/dez/22
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	-
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Resultados financeiros	-	-

Fornecimentos e serviços externos:

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31/dez/23	31/dez/22
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	6 739	6 877
Trabalhos especializados	1 429	1 006
Publicidade e propaganda	-	-
Vigilância e Segurança	-	-
Honorários	5 310	5 835
Comissões	-	-
Conservação e reparação	-	-
Outros	-	36
Materiais	317	343
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	82	-
Livros e documentação técnica	-	-
Material de escritório	235	343
Artigos para oferta	-	-
Outros	-	-
Energia e fluidos	568	520
Eletricidade	435	412
Combustíveis	-	-
Água	133	108
Outros	-	-
Deslocações, estadas e transportes	136	-
Deslocações e estadas	136	-
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadorias	-	-
Outros	-	-
Serviços diversos	2 316	1 867
Rendas e alugueres	120	120
Comunicação	1 349	1 218
Seguros	-	-
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	-	-
Despesas de representação	293	88
Limpeza, higiene e conforto	108	27
Outros serviços	446	415
TOTAL	10 076	9 607

Gasto com o pessoal

O quadro seguinte apresenta a repartição dos gastos com pessoal nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

GASTOS COM O PESSOAL	31/dez/23	31/dez/22
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	19 961	18 535
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	4 438	3 883
Seguro de acidentes no trabalho e doenças profissionais	290	303
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com o pessoal	240	218
TOTAL	24 930	22 938

Provisões

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está evidenciado na seguinte tabela:

PROVISÕES	31/dez/23	31/dez/22
Saldo a 1 de janeiro	-	-
Aumento de provisões	-	-
Reversão de provisões	-	-
Utilização de provisões	-	-
Saldo a 31 de dezembro	-	-

Outros gastos e perdas

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rubrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

OUTROS GASTOS E PERDAS	31/dez/23	31/dez/22
Impostos	368	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	30	100
Donativos	-	-
Quotizações	-	-
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	-	-
Outros gastos e perdas não especificados	-	75
TOTAL	397	175

9) Nota 9 - Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está evidenciado na seguinte tabela:

PROVISÕES	31/dez/23	31/dez/22
Saldo a 1 de janeiro	-	-
Aumento de provisões	-	-
Reversão de provisões	-	-
Utilização de provisões	-	-
Saldo a 31 de dezembro	-	-

10) Nota 10 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

A decomposição de 2023 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	31/dez/23	31/dez/22
Subsídios das entidades públicas	-	-
Subsídios de outras entidades	37 200	34 800
Doações e heranças	-	-
Legados	-	-
TOTAL	37 200	34 800

11) Nota 11 – Instrumentos financeiros

A entidade não teve operações relacionadas com instrumentos financeiros.

12) Nota 12 – Benefícios de empregados

A entidade não teve operações relacionadas com benefícios de empregados.

13) Nota 13 – Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

14) Nota 14 - Agricultura

A entidade não teve operações relacionadas com agricultura.

15) Nota 15 - Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

16) Nota 16 – Outras divulgações**Fluxos de caixa**

A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos nas rubricas de meios financeiros líquidos:

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	31/dez/23	31/dez/22
Caixa	170	96
Depósitos à ordem	49 073	40 277
Outros depósitos bancários	-	-
Outros instrumentos financeiros	-	-
TOTAL	49 243	40 373

Clientes

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2023 e 2022 apresenta a seguinte decomposição:

CLIENTES	31/dez/23	31/dez/22
Clientes c/c	-	-
Clientes - Títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	-	-
Clientes perda por imparidade acumuladas	-	-
TOTAL	-	-
Adiantamentos de Clientes	-	-

Fornecedores

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2023 e 2022 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	31/dez/23	31/dez/22
Fornecedores conta corrente	-	-
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores confirming e outros	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	-	-
TOTAL	-	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-

Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31/dez/23	31/dez/22
Ativo	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
Passivo	(670)	(648)
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	(230)	(234)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	(440)	(414)
Outros impostos e taxas	-	-
TOTAL	(670)	(648)

Associados e Membros

A decomposição de 2023 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

ASSOCIADOS/MEMBROS	31/dez/23	31/dez/22
Fundadores	-	-
Doadores	-	-
Patrocinadores	-	-
Assoaciados/Membros-Saldos Devedores	-	-
Assoaciados/Membros-Saldos Duvidosos	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	0	0
Assoaciados/Membros-Saldos Credores	0	0
Lucros disponíveis	-	-
Empréstimos concedidos - Fund./Associados/Membros	-	-
Outras operações	-	-
Total:	-	-

Resultados transitados

Por decisão da assembleia geral foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica resultados transitados.

Entidades relacionadas

A entidade não participa em qualquer entidade.

ESNL - Balanço em 31 de Dezembro de 2023

Moeda: EURO

Rubricas	NOTAS	Períodos	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4		
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	5		
Investimentos financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/me			
Total do ativo não corrente			
Ativo corrente			
Inventários	7		
Clientes	16		
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	16		
Fundadores/beneméritos/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber			500,00
Diferimentos		102,91	89,33
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	16	49 243,31	40 373,00
Total do ativo corrente		49 346,22	40 962,33
Total do ativo		49 346,22	40 962,33
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos			
Excedentes técnicos			
Reservas			
Outras reservas			
Resultados transitados	16	16 490,05	11 281,36
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado líquido do período		7 782,46	5 208,69
Total do fundo de capital		24 272,51	16 490,05
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	6		
Outras contas a pagar			
Total do passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	16		
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	16	669,56	648,25
Fundadores/beneméritos/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	6		
Diferimentos		20 750,00	20 000,00
Outras contas a pagar		3 654,15	3 824,03
Outros passivos financeiros			
Total do passivo corrente		25 073,71	24 472,28
Total do passivo		25 073,71	24 472,28
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		49 346,22	40 962,33

Demonstração dos resultados por funções em 31 de Dezembro de 2023

Moeda: EURO

RUBRICAS	NOTAS	31 dez 2023	31 dez 2022
Vendas e Serviços Prestados	22	840,00	1 910,00
Custo das Vendas e dos Serviços Prestados	22		
Resultado Bruto		840,00	1 910,00
Outros Rendimentos		42 346,08	36 018,42
Gastos de Distribuição			
Gastos Administrativos		-10 076,30	-9 606,67
Gastos de Investigação e Desenvolvimento			
Outros Gastos		-25 327,32	-23 113,06
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		7 782,46	5 208,69
Gastos de Financiamento (Líquidos)	26		
Resultado Antes de Impostos		7 782,46	5 208,69
Imposto sobre o Rendimento do Período			
Resultado Líquido do Período		7 782,46	5 208,69

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023

Moeda: EURO

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustam Activos Financeiros	Exced. de Revaloriz.	Outras Variações Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2023								11 281,36				5 208,69	16 490,05
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira Adopção do SNC													
Alterações de Políticas Contabilísticas													
Diferenças de Conversão de Demonstrações Financeiras													
Realização do Exced. de Revalorização de Ativos Fixos													
Excedente de Revalorização de Ativos Fixos													
Ajustamentos por Impostos Diferidos													
Outras Alterações no fundos patrimoniais								5 208,69				-5 208,69	
RESULTADO LÍQUIDO								5 208,69				-5 208,69	7 782,46
RESULTADO EXTENSIVO								5 208,69				2 573,77	7 782,46
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos													
Subsídios, doações e legados													
Outras operações													
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2023								16 490,05				7 782,46	24 272,51

Órgão de Diretivo: _____

Contabilista Certificado n.º _____

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO PERÍODO EM 31 de Dezembro de 2022

Moeda: EURO

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustam Activos Financeiros	Exced. de Revaloriz.	Outras Variações Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2022								2 957,58				8 323,78	11 281,36
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira Adopção do SNC													
Alterações de Políticas Contabilísticas													
Diferenças de Conversão de Demonstrações Financeiras													
Realização do Exced. de Revalorização de Ativos Fixos													
Excedente de Revalorização de Ativos Fixos													
Ajustamentos por Impostos Diferidos													
Outras Alterações do Capital Próprio								8 323,78				-8 323,78	
								8 323,78				-8 323,78	
RESULTADO LÍQUIDO												5 208,69	5 208,69
RESULTADO INTEGRAL								8 323,78				-3 115,09	5 208,69
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de Capital													
Realizações de Prémio de Emissão													
Distribuições													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras Operações													
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2022								11 281,36				5 208,69	16 490,05

Órgão de Gestão: _____

Contabilista Certificado n.º _____

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Período Findo em 31 de Dezembro de 2023

Moeda: EURO

RUBRICAS	NOTAS	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	5	840,00	1 410,00
Pagamentos a fornecedores	24	-9 441,27	-9 430,78
Pagamentos ao pessoal	28	-22 598,59	-20 475,73
Caixa gerada pelas operações		-31 199,86	-28 496,51
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		40 070,17	33 721,04
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		8 870,31	5 224,53
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	9		
Ativos intangíveis	8		
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	9		
Ativos intangíveis	8		
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares	26		
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	26		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			8 323,78
Doações			
Outras operações de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	26		
Juros e gastos similares	26		
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			8 323,78
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		8 870,31	13 548,31
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		40 373,00	26 824,69
Caixa e seus equivalentes no fim do período		49 243,31	40 373,00

ESNL - Demonstração de Resultados Anual por Naturezas

Moeda: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	8	840,00	1 910,00
Subsídios, doações e legados à exploração	10		
ISS, IP			
Outras Entidades Públicas		37 200,00	34 800,00
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	8	-10 076,30	-9 606,67
Gastos com o pessoal	8	-24 929,88	-22 938,06
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)	9		
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	8	5 146,08	1 218,42
Outros gastos e perdas	8	-397,44	-175,00
Resultado antes de depreciações, gastos de fin. e impostos		7 782,46	5 208,69
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
Resultado operacional (antes de gastos de fin. e impostos)		7 782,46	5 208,69
Juros e rendimentos similares obtidos	8		
Juros e gastos similares suportados	8		
Resultado antes de impostos		7 782,46	5 208,69
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		7 782,46	5 208,69